



O restauro do pelourinho da *Cidade Velha* – Cabo Verde (1962-1970) Um processo de legitimação e consagração da memória

Vera Mariz*

p. 225-248

Introdução

O pelourinho da Ribeira Grande de Santiago, em Cabo Verde, primeira cidade a ser erguida pelos portugueses no Ultramar no âmbito da expansão portuguesa lançada no século XV, data dos primeiros anos do século XVI. Terá sido mandado implantar no momento em que o rei D. Manuel (1469-1521) concede um foral novo aos habitantes da ilha.

O pelourinho em estudo, que já existia em 1512, foi erguido num alvíssimo mármore branco, pedra estranha ao arquipélago. Resistiu, ao longo dos séculos, como um testemunho do Império Português e como símbolo da autoridade municipal numa urbe que perdeu a sua importância política, religiosa, social, económica e cultural, devido à alteração das dinâmicas do controlo dos oceanos. Esta urbe fixou-se na memória que chegou até nós com a designação de “Cidade Velha”, correspondendo esta adjectivação à sua total perda de urbanidade, cuja recuperação se procura hoje, a muito custo, concretizar.

Séculos depois da sua colocação no centro da vida da Ribeira Grande, sobrevivendo, inclusivamente, aos primeiros ventos anticoloniais, o pelourinho foi o primeiro monumento de Cabo Verde a beneficiar, durante o Estado Novo (1933-1974), de uma muito necessária intervenção de restauro.

Esta intervenção enquadrar-se-ia no programa desenvolvido, a partir do final dos anos 50 do século XX, pelo regime salazarista para a salvaguarda dos monumentos portugueses ultramarinos, alargando, através do Decreto n.º 41: 787 de 7 de Agosto de 1958, as preocupações patrimoniais ao além-mar. Este decreto veio, deste modo, responsabilizar a Direcção Geral de Obras Públicas e Comunicações do Ministério do Ultramar, pela classificação, protecção e valorização daquele património.

Na sequência deste novo avanço legislativo e orgânico, assistimos à ida do Arquitecto Luís Benavente (1902-1993), Director do Serviço de Monumentos Nacionais, em comissão eventual, para S. Tomé e Príncipe. No seguimento deste contacto inicial com um património pouco conhecido e muito flagelado, o arquitecto traçou aquele que seria um programa

* Doutoranda em História da Arte na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

para a classificação e recuperação dos monumentos de todos os territórios ultramarinos de administração portuguesa.

Cabo Verde, fruto do interesse do seu Governador Provincial, Leão Sacramento Monteiro (1920-), e dos interesses do governo central relacionados com a necessidade de afirmar a legitimidade da administração portuguesa no arquipélago, tornou-se a segunda experiência deste amplo programa patrimonial. Com grandes dificuldades, reflexo dos problemas políticos, económicos e burocráticos, Luís Benavente desenvolveu um trabalho admirável naquelas ilhas, entre 1962 e 1972, tendo sido o responsável pela intervenção no pelourinho da Ribeira Grande.

A intervenção, num monumento fustigado ao longo de quase cinco séculos, decorreu durante oito anos e foi realizada na Metrópole, tendo sido esta a forma encontrada para contornar os problemas relacionados com a matéria-prima e técnicos capazes.

De resto, a concretização da recuperação material do pelourinho em Lisboa, reflecte o centralismo da actividade de restauro do património arquitectónico português. Afinal, em termos de restauro de monumentos nacionais, a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, organismo do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, detinha, desde 1929, a totalidade das competências para intervir no património arquitectónico nacional. Todavia, não obstante as missões pontualmente desempenhadas por técnicos do serviço de Monumentos Nacionais daquela direcção-geral no Ultramar, o património português além-mar não beneficiou, até 1958, do afã restaurador institucional, perdendo-se entre as competências daquele organismo do Ministério das Obras Públicas e Comunicações e do Ministério no Ultramar. Não obstante o desfazamento temporal entre o primeiro período áureo do restauro dos monumentos nacionais na Metrópole (1935-1943) (Neto, 2001, p. 446) e a intervenção em estudo, este pelourinho manuelino, testemunho da expansão portuguesa quatrocentista, sobreviveu, seguramente, graças à intervenção levada a cabo pelo Arquitecto Luís Benavente e, ainda, resistiu aos impulsos de lesa-património associados ao movimento independentista. Permanece hoje pronto a enfrentar os séculos na Cidade Velha, Património Mundial desde 2009. Neste sentido, com este estudo pretendemos discorrer acerca do processo de restauro do pelourinho em causa, objectivando compreender de que modo esta intervenção se enquadra no programa de salvaguarda patrimonial desenvolvido para Cabo Verde durante o Estado Novo; reflectir sobre os factores que contribuíram para a sua ruína progressiva; analisar o projecto de restauro; avaliar os contributos desta intervenção para o futuro do bem patrimonial em estudo.

Deste modo, tendo em consideração os objectivos de investigação previstos, desenvolvemos o nosso estudo em Lisboa e na Cidade da Praia, nomeadamente na Biblioteca Nacional de Portugal, Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian, Arquivo Nacional Torre do Tombo, Arquivo Histórico Ultramarino, Arquivo Nacional de Cabo Verde e, evidentemente, na própria Cidade Velha. Além do contacto directo com a obra, do estudo e análise da bibliografia e fontes relativas ao tema, beneficiámos do contacto com o Dr. Martinho Robalo Brito e com o Dr. Carlos Carvalho, ambos do Instituto de Investigação e Património Culturais de Cabo Verde.

Concluindo, os objectivos de investigação e a metodologia utilizada reflectem-se, presentemente, num artigo cuja estrutura dividimos em três partes distintas: a posição de Cabo Verde no programa de salvaguarda do património português ultramarino durante o Estado Novo; o contributo de Luís Benavente para a vitalização da consciência patrimonial em Cabo Verde; o restauro do pelourinho da Ribeira Grande.

As várias leituras sobre o restauro do pelourinho da Cidade Velha

A antiga cidade da Ribeira Grande na ilha de Santiago de Cabo Verde, tem sido, sobretudo a partir da década de 90 do século XX, fruto das mais diversas investigações que, de resto, culminaram com a elevação do conjunto a património da Humanidade. O pelourinho da referida cidade, como monumento apetecível tanto de um ponto de vista de condenação do colonialismo, como da sua valorização, tem sido, naturalmente, alvo de diversas considerações. As diversas apreciações, ilustram, perfeitamente, o problema da citação sistemática e ausência de uma investigação aturada.

Luís Chaves (1888-1975), notável estudioso da historiografia dos pelourinhos portugueses, lançou-se, em 1935, na inédita investigação “d’Os Pelourinhos de Portugal nos domínios do seu Império de Além-Mar” (Chaves, 1935, pp. 91-112), dando sequência ao estudo com a publicação do artigo “Por Além-Mar – Pelourinhos de África” (Chaves, 1937, pp. 53-56), e com um outro (Chaves, 1938, pp. 129-136), de 1938 e homónimo do primeiro, na revista *O Mundo Português – Revista de Cultura e Propaganda, Arte e Literaturas Coloniais*. Ao longo desta trilogia dedicada aos pelourinhos portugueses ultramarinos, Chaves sublinha, insistentemente, o seu estado “meio arruinado (...) O fuste inclinado, como um corpo ferido que vai cair” (Chaves, 1938, p. 134), “trôpego, mas orgulhoso ainda em frente do mar” (Chaves, 1937, p. 55), que pode ser ilustrado com a imagem seguinte, datada de 1929.

Já em 1948, Luís Chaves realizou uma espécie de colectânea do conhecimento adquirido até então, e publicou a incontornável obra *Pelourinhos do Ultramar Português*, na qual discorre acerca da história e importância destes “*documentos monumentais dos Portugueses no mundo*” (Chaves, 1948, p. 9), realizando, simultaneamente, um valioso inventário. Ora é, exactamente, neste âmbito que Chaves volta a descrever a “*ruína simbólica*” (Chaves, 1948, p. 49) do pelourinho da antiga cidade da Ribeira Grande, dando conta da ausência dos degraus, do fuste inclinado e quebrado, rematando as suas considerações com uma proposta do aspecto estético que este teria tido. Nesta

ocasião, tal como fizera em 1937, o autor ilustra o seu estudo com uma fotografia, cedida por Alexandre Sarmento (1910-), do referido pelourinho, atestando a veracidade das suas palavras.

Ainda durante o Estado Novo, como veremos, foram vários os estudos realizados pelo Arquitecto Luís Benavente relativamente a este pelourinho. Mas sendo este arquitecto o responsável pelo processo de restauro de 1962-1970, optámos por deixar para adiante as nossas considerações. No entanto, não podemos deixar de referir que data de 1977, possivelmente a primeira referência, publicada num periódico, relativa ao restauro do monumento em estudo, mas não a primeira nota sobre o mesmo em reflexões acerca de pelourinhos, como demonstrámos anteriormente. Efectivamente, Vasco da Costa Salema, no prefácio do seu artigo obra “*Pelourinhos e Aquarelas*”, afirmou que:



Fig. 001 - Pelourinho da Ribeira Grande Santiago c.1929. Fotografia de João Lopes.

“Julgo ser o primeiro a referir, numa obra dedicada aos pelourinhos, a existência de um em Cabo Verde, na Cidade Velha na ilha de Santiago, o qual deixámos perfeitamente restaurado e não com o aspecto de abandono e ruína que apresenta na fotografia publicada na ‘Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira’ por onde soube da sua existência” (Salema, 1977).

Mais recentemente, já em 2001, o Professor Adriano Vasco Rodrigues (1928-), escreveu o artigo “Pelourinho da Cidade Velha” (Rodrigues, 2001, pp. 155-157). Nesta ocasião, Rodrigues lançou propostas de datação e autoria, baseando-se numa analogia com o pelourinho da Guarda. Assim, o autor estabelece uma analogia entre as colunas da porta da capela S. Miguel, em Coimbra, e do desaparecido pelourinho da Guarda, remetendo-nos, deste modo, para Marco Pires, quando, na nossa opinião, nos parece que os torcicolos das colunas torsas destes dois casos são, manifestamente, mais abertos. Relativamente ao restauro liderado pelo Arquitecto Benavente nada refere, chegando mesmo a afirmar que o pelourinho em causa “*conserva os quatro ganchos e a argola. Muitos pelourinhos perderam esses ferros*” (*idem, ibidem*, p. 156), quando, na verdade, estes elementos desapareceram, tendo sido recolocados aquando da intervenção de 1962-1970. Relativamente a intervenções refere, somente, que “*a base do Pelourinho foi restaurada há três ou quatro décadas*” (*idem, ibidem*, p. 157), quando, como veremos, o programa de restauro abrangeu toda a peça.

Já em 2006, Lourenço Conceição Gomes – actual docente/investigador da Universidade de Cabo Verde – no seu artigo “*O símbolo da autoridade na obra de arte colonial: o caso do Pelourinho da Cidade Velha – Santiago de Cabo Verde*” (Gomes, 2006, pp. 169-183), seguindo Rodrigues em termos de época, avança com a referência ao restauro levado a cabo pelo arquitecto Benavente. No entanto, o autor refere que a intervenção “*veio a ocorrer em 1963*” (*idem, ibidem*, pp. 177), como fora “*assegurado pelo professor João Lopes Filho*” (*idem, ibidem*, p. 182), quando este foi, em termos mais rigorosos, um processo que começou um ano mais cedo, em 1962, momento do levantamento gráfico da peça, e terminou em 1970, ano do regresso do pelourinho à Ribeira Grande depois de enviado, em 1963, para a Metrópole.

A temática foi, também, academicamente abordada em Cabo Verde, por Martinho Robalo de Brito – actual investigador do Instituto de Investigação e Património Culturais – em 2009, que, ao longo do seu estudo (Brito, 2009), retoma as ideias de Rodrigues e Gomes, valendo pelos dados avançados relativos às intervenções levadas a cabo no século XXI. No entanto, o autor peca ao referir que a “*primeira intervenção foi proposto [sic] pelo Pe. António Brásio*” (*idem, ibidem*, p. 14) num artigo em que este “*descrevia a situação geral da Cidade e do pelourinho*” (*idem, ibidem*, p. 14), quando na verdade o artigo em causa é exclusivamente dedicado aos “*Monumentos Sacros de Santiago*” (Brásio, 1960, pp. 28-30). Já em 2010, o Arquitecto José Manuel Fernandes e Fernando Pires, assinaram a entrada referente a este pelourinho, na notável obra Património de Origem Portuguesa no Mundo – África, Mar Vermelho, Golfo Pérsico. Após a sua descrição, os autores tecem uma consideração relativa à sua localização, crendo que este, actualmente, não se encontra no seu local original, remetendo-o, como era habitual, para o Largo da Misericórdia, hoje em ruínas, e da desaparecida Casa da Câmara. Relativamente ao processo de restauro em estudo, as informações são escassas, remetendo o leitor para os “anos de 1960”

1 O volume XXVII da *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, ao qual o autor se refere, data de 1945, como tal a fotografia será posterior a esse ano. Nesta ocasião, à semelhança das fotografias publicadas por Luis Chaves, o pelourinho encontra-se num grave estado de conservação.

(Mattoso, 2010, p. 312) e limitando a intervenção “ao troço superior” (*idem, ibidem*, p. 312) com “pedra de Pêro Pinheiro” (*idem, ibidem*, p. 312).

1. Cabo Verde no programa de salvaguarda do património português ultramarino durante o Estado Novo

A questão do Império Português foi, inequivocamente, uma das ideias-chaves do Estado Novo (1933-1974), como de resto comprovam, em pontos cronológicos extremos, a inclusão do Acto Colonial de 1930 na Constituição de 1933, e o arrastar da independência da totalidade das colónias portuguesas até muito depois da revolução de 25 de Abril de 1974. Por outro lado, não podemos deixar de incluir o restauro e a utilização dos monumentos nacionais como extraordinários veículos de propaganda da mensagem nacionalista e imperialista que se pretendia divulgar, como de resto testemunha a actividade da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) a partir de 1929.

Tendo em consideração a importância destas duas ideias – imperialismo e valorização dos monumentos como testemunhos históricos –, seria expectável que, à semelhança do que se verificou na dita Metrópole, entre os anos 30 e 70 do século XX, se tivesse assistido à programação e concretização de um complexo projecto de salvaguarda patrimonial. Isto porque, afinal nada materializaria com tanto rigor e impacto – nem mesmo as grandiosas Exposição Colonial do Porto de 1931 ou Exposição do Mundo Português de 1940 – o majestoso período das Descobertas Portuguesas que se pretendia recordar e reviver num novo momento de excelência da História de Portugal.

Contudo, fruto do desconhecimento, da extensão dos domínios ultramarinos, dos empecilhos burocráticos e de questões financeiras, o que se verificou não foi de todo ao encontro do expectável e tão pouco mimizou o que se passava na Metrópole em termos de intervenção patrimonial.

Debruçando-nos sobre a organização e incumbências da Direcção Geral de Obras Públicas e Comunicações do Ministério das Colónias/do Ultramar, órgão equivalente ao Ministério das Obras Públicas e Comunicações ao qual pertencia a DGEMN, deparamo-nos com um atraso significativo desta questão. Na verdade, passando em revista a Lei Orgânica de 1936 do ministério em causa, não é possível encontrar qualquer referência ao restauro de monumentos, existindo sim a Repartição de Obras Públicas, Portos e Viação dependente da Direcção Geral de Fomento Colonial (Diário do Governo, 1936). Já em 1957, em nova modificação da orgânica e quadros do Ministério do Ultramar, encontramos, então como serviço central, a Direcção Geral de Obras Públicas e Comunicações, ainda que sem qualquer regulamentação do seu funcionamento relativamente à questão presentemente abordada (Diário do Governo, 1957). Por outro lado, não podemos negar a preocupação do regime com a arquitectura e urbanismo no Ultramar, datando de 6 de Dezembro de 1944 a criação do Gabinete de Urbanização Colonial, no seio do Ministério do Ultramar, cujo objectivo passava pela centralização, em Lisboa, de todos os projectos de arquitectura e urbanismo destinados às “colónias de África” (Milheiro, 2009, p. 82).

No entanto, para assistirmos a tal acção no âmbito da salvaguarda dos monumentos ultramarinos, provavelmente aplicando-se a máxima salazarista segundo a qual “*Os problemas têm de ser seriados e resolvidos pela sua ordem. É ridículo mandar vestir a casaca a um homem que não tem camisa...*” (Ferro, 2007, p. 59), seria necessário esperar pelo ano de 1958.

Efectivamente, pela primeira vez, com o Decreto n.º 41: 787 de 7 de Agosto daquele ano, o Governo veio, finalmente, incumbir a Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações do Ultramar, do inventário, classificação, conservação e restauro dos monumentos ultramarinos (Diário do Governo, 1958), preenchendo, deste modo, uma grave lacuna.

Contudo, aparte da ausência do centralismo desta questão, não podemos deixar de observar a existência, a um nível local, ou se preferirmos provincial, de organismos dotados das competências necessárias para o inventário, classificação, conservação e restauro dos seus monumentos. Na verdade, o Governo da Índia Portuguesa, contando com uma tradição legislativa pioneira, contava desde 1895 com a Portaria n.º 491, fundadora de uma comissão responsável pelos monumentos portugueses. Consideravelmente posterior mas igualmente interessante, e desta feita já no continente africano, é a comissão de monumentos provinciais de Angola, criada a 24 de Maio de 1922 pelo Decreto n.º 161, cujas incumbências passavam pela proposta de classificação, conservação e restauro daqueles imóveis (Boletim Oficial de Angola, 1922, pp. 137-138). A província de Moçambique, anteriormente ao Decreto n.º 41: 787, também já contava, desde 20 de Fevereiro de 1943 e do Diploma Legislativo n.º 825, com a sua Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas, à qual cabia “investigar, classificar, restaurar e conservar os monumentos e relíquias da Colónia, divulgar o seu conhecimento arqueológico-histórico e promover a sua propaganda cultural e turística.” (Boletim Oficial de Moçambique, 1943, pp. 159-161).

Em Cabo Verde, como na Guiné ou em S. Tomé e Príncipe, a fragilidade do Governo Central para esta questão, foi, de facto, prejudicial para o património histórico-artístico das ilhas. Contudo, e apesar de, a nível local, nunca ter contado com um organismo responsável pelo património imóvel antes da independência, a conjuntura dos anos 60, como veremos, originou um crescente de sensibilização e a concretização de uma missão temporária por parte do Arquitecto Luís Benavente, Director do Serviço de Monumentos Nacionais. Na verdade, se toda e qualquer obra de arte é contextualmente comprometida, na medida em que é encomendada, pensada e apresentada num determinado momento político, cultural, artístico, religioso e económico, o mesmo se passa relativamente aos projectos de restauro que incidem sobre estas peças.

No caso concreto de Cabo Verde, para compreendermos este verdadeiro despertar do Governo da Metrópole e da Governo Provincial, temos de olhar, obrigatoriamente, para a conjuntura política com uma incidência específica na questão do colonialismo. Se é verdade que desde o ministério de João Belo (1878-1928) todas as decisões passaram a ser pautadas pelo desejo de uma união política dos territórios ultramarinos e do aumento da superintendência dos mesmos a partir da Metrópole, a tendência internacional era manifestamente inversa. Esta oposição, como se sabe, intensificou-se após o final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e, muito particularmente, após a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945, quando, simultaneamente, os sentimentos independentistas se fortaleciam.

Ora, a verdade é que enquanto o regime salazarista permanecia irredutível na sua posição relativa aos movimentos independentistas, justificando a sua presença através de uma alegada missão civilizadora, ou “*alibi colonial*” (Medina, 2006, p. 252), a Itália perdia a Líbia em 1951 e a Somália italiana nove anos depois, Espanha ficava sem o seu protectorado de Marrocos em 1956, França perdia, igualmente, o seu protectorado de Marrocos e a Tunísia no mesmo ano, para perder em 1958 e 1962, respectivamente, a Guiné francesa e a Argélia. Estas vitórias dos movimentos independentistas africanos ocorriam, como vimos, devido

à intensificação dos sentimentos nacionais, mas, também, graças à pressão internacional, materializada pela resolução 1514 (XV) de 14 de Dezembro de 1960, da Assembleia Geral da ONU, que declarou ilegal toda a prática colonial. “Reconhecendo que os povos do mundo desejam ardentemente o fim do colonialismo em todas as suas manifestações” (Organização das Nações Unidas, 1969), a ONU, um dia depois, através da resolução 1542 (XV), entendeu como territórios não autónomos as províncias administradas por Portugal. Na sequência destes acontecimentos e posições internacionais, Portugal sofreu o primeiro grande golpe, ao ver a Índia Portuguesa ser invadida, em 1961, pela União Indiana, isto depois de, já em 1960, ter perdido o Forte de S. João Baptista de Ajudá.

No caso concreto de Cabo Verde, no início da década de 60, a situação complexificava-se, correspondendo ao surgimento paulatino de sólidas organizações políticas de cariz manifestamente anti-colonial. Efectivamente, depois das experiências iniciais da Associação Desportiva e Recreativa dos Africanos e do Movimento para a Independência Nacional da Guiné, vemos surgir, em 1956 e de um modo mais organizado e consistente, o Partido para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), liderado por Amílcar Cabral (1924-1973). A luta pela liberdade das ilhas de Cabo Verde, passa assim a estar na ordem do dia, fazendo frente, ainda que forma pacífica nos seus primórdios, à ideologia imperialista do regime salazarista.

Ora quando chegamos à década de 60 do século XX, verificamos que a questão do movimento independentista de Cabo Verde encontra-se revestida de uma força sem precedentes, datando, por exemplo, de 25 de Setembro de 1960 a petição enviada pelo PAIGC ao governo português, e de 13 de Outubro de 1961 a carta aberta de Amílcar Cabral. Na ausência de resposta do regime e, conseqüentemente, com a continuidade da política colonial portuguesa, assistimos a um notório escalar de violência, marca óbvia da segunda fase de luta do movimento independentista da Guiné e Cabo Verde.

É, pois, precisamente neste momento que surge o pedido do Governador da Província, Silvino Silvério Marques (1918-) (Benavente, 1962: Cx. 71, Pt. 493, Doc. 3) e, conseqüentemente, a ida do Arquitecto Luís Benavente, então Director do Serviço de Monumentos Nacionais, para a ilha de Santiago de Cabo Verde.

Nesta circunstância, paulatinamente mais conturbada em termos de dinâmica da contestação internacional do colonialismo e do crescente da luta armada pelos movimentos independentistas, o objectivo da ida do Arquitecto Benavente fora bem definido pelo Governador: havia que se proceder ao estudo dos monumentos das ilhas de Santiago e da Boavista, mas, sobretudo, elaborar legislação protectora dos mesmos (Benavente, 1962: Cx. 71, Pt. 493, Doc. 3).

Efectivamente, como demonstrámos anteriormente, a Província de Cabo Verde, ao contrário do que se verificava na Índia, em Moçambique e em Angola, não contava no seu aparelho administrativo local, com um organismo permanente e activo responsável pela salvaguarda do património histórico-artístico. Simultaneamente, perante a tendência natural de enaltecimento da História da Província por ocasião da celebração do V Centenário da Descoberta de Cabo Verde e da morte do Infante D. Henrique, surgiram, com naturalidade, sinais de consciência patrimonial entre os governantes desenvolvendo-se a ideia que aqueles monumentos, particularmente os da Ribeira Grande, eram, sem dúvida, eloquentes testemunhos da ancestralidade e importância daquelas ilhas atlânticas.

Concomitantemente, à margem da acção do governo provincial e como forma de alertar o mesmo, não podemos esquecer a importância das reflexões de uma figura incontornável

para a história de Cabo Verde, o Padre António Brásio (1906-1985). Na sua louvável obra, *Monumenta Missionaria Africana*, cuja segunda série, referente à Diocese de Santiago de Cabo Verde, se prolongou de 1958 até 2002, esta última enquanto edição póstuma, o autor não só incluiu documentos relativos à construção e reparação de monumentos daquele arquipélago, como apresentou ilustrações de diversas ruínas, entre as quais se encontra o pelourinho em estudo (Brásio, 1963, p. 64). Não menos importante, há ainda a sublinhar a introdução feita ao volume de 1964, texto que corrobora a questão anteriormente levantada relativa à situação política como impulso para a concretização de determinadas iniciativas culturais:

“Nesta hora de desvairo colectivo da África Negra e de ventania cortante, que desce das estepes siberianas sobre o Continente Negro, queimando-lhe a alma ingénua e boa (...) aí vai este estudo objectivo” (idem, 1964: p. XVII)

De forma mais objectiva, limitando-se exclusivamente ao património construído de origem sacra, na ilha de Santiago, o Padre Brásio, num artigo de 1960, como que oficiosamente, convida o Governo a tomar a medida que este, dois anos depois, viria a concretizar relativamente à chamada do Arquitecto Benavente. Neste artigo, Brásio não só faz um relato confrangedor da situação do património naquela ilha, saqueado, profanado, ignorado, como dá conta da anterior actividade de *“restauradores destituídos de critério, gosto e co-nhecimentos artísticos”* (idem, 1960, p. 28) que, deste modo, justifica *“a maior atenção da Repartição dos Monumentos Nacionais”* (idem, 1960, p. 31). Perante este cenário, existindo os monumentos, mas estando estes em ruína, existindo sensibilidade religiosa e política, mas não capacidade de realização, foi necessário recorrer ao Director do Serviço de Monumentos Nacionais da Metrópole.

2. O contributo de Luís Benavente para a vitalização da consciência patrimonial em Cabo Verde

O Arquitecto Luís Benavente, nomeado Director do Serviço de Monumentos Nacionais a 26 de Novembro de 1952, encontrando-se, dez anos depois, em comissão eventual de serviço no Ministério do Ultramar, acabou por ser o técnico eleito para liderar e coordenar os estudos necessários dos monumentos de Cabo Verde.

A escolha do Arquitecto Benavente ter-se-á devido, essencialmente, à sua posição dentro do Ministério do Ultramar, organismo para o qual transitou, ainda que em comissão de serviço, a 23 de Setembro de 1958 (Neto, 1995, p. 426), com a incumbência de estudar duas igrejas e duas fortalezas, ou seja, a igreja da Madre de Deus, a capela de Nossa Senhora do Bom Despacho, a Fortaleza de São Sebastião e de S. Jerónimo, todas elas em S. Tomé e Príncipe. Iniciou-se assim, em 1958, o contacto do Arquitecto Benavente com o património português ultramarino e, naturalmente, com o Ministério do Ultramar, organismo para o qual irá desempenhar funções, até 1972, sempre em comissões eventuais de serviço, sucessivamente renovadas.

Efectivamente, quando Luís Benavente é chamado para ir em missão a Cabo Verde, conta não só com a experiência do estudo e restauro dos monumentos de S. Tomé e Príncipe, mas, também, com todo um plano traçado para a totalidade do património português

além-mar. Na verdade, imediatamente após a missão a S. Tomé e Príncipe, Luís Benavente foi incumbido, pelo Ministério do Ultramar, de executar o anteriormente referido Decreto n.º 41: 787 de 7 de Agosto de 1958, dando-lhe um novo dinamismo com a criação de legislação para a classificação, valorização e reabilitação dos monumentos do Ultramar (Benavente, 1960: Cx. 118, Pt. 805, Doc. 2).

No entanto, de modo a ser possível legislar acerca deste tema, o arquitecto considerou necessário proceder, antes de mais, a um inventário dos bens em causa, tendo para isso enviado um questionário a todas as províncias ultramarinas. Contudo, como o próprio deu conta, “verificámos que a matéria remetida, não constituía nem possuía elementos pelos quais fosse possível a criação de um ‘Tombo’ propriamente dito” (Benavente, 1960, Cx. 118, Pt. 805, Doc. 2). Apesar dos resultados desanimadores desta primeira acção de Luís Benavente que, ainda assim, avançou, logo em 1960, com um programa a desenvolver previamente a qualquer classificação, o arquitecto garantiu um campo de acção fértil: Cabo Verde.

Na verdade foi, em primeira instância, a promulgação do Decreto n.º 41: 787, e, em segunda instância, o sucesso da missão de Benavente a S. Tomé e Príncipe que originou o contacto do arquitecto com os monumentos de Cabo Verde. Isto porque, foi a chamada de atenção concretizada pelo envio do pedido de inventário às colónias em 1960, no sentido de se proceder à classificação dos monumentos ultramarinos, que levou o Governo Provincial de Cabo Verde a elaborar um relatório:

“que, apesar de não responder ao que se pretendia e das inexactidões que contém, revelou no entanto interesse em acertar, o que é louvável. Foi este o único elemento obtido como resultado da nossa missão e interesse em obter esse inventário.”
(Benavente, 1960, Cx. 118, Pt. 805, Doc. 2)

Na sequência daquele relatório e manifestação de interesse, Luís Benavente foi em missão a Cabo Verde, pela primeira vez, no ano de 1962, tendo como objectivo estudar e levantar os seguintes monumentos para, numa fase seguinte, realizar as intervenções necessárias: pelourinho da Ribeira Grande, igreja de Nossa Senhora do Rosário, igreja de Nossa Senhora da Luz, capela de S. Roque, capela da Santíssima Trindade, conjunto da cidade da Ribeira Grande, “Conventinho” dos Franciscanos, Misericórdia, Sé, “casa da janela gótica”, capela de Nossa Senhora das Graças de Chã de Tanque, capela da Ponta Verde, capela de Nossa Senhora da Nazaré, capela de Nossa Senhora da Conceição, capela de Nossa Senhora do Socorro, capela de S. Miguel, capela de Nossa Senhora



Fig. 002 - Mapa com a localização dos monumentos da ilha de Santiago, Cabo Verde. PT-TT-LB-PT493-DOC2A.

da Esperança, muralha de Santiago, cais de S. Januário, fortaleza Real de S. Filipe, forte de S. Veríssimo, forte de S. Brás, forte de S. João dos Cavaleiros e forte de S. Lourenço (Benavente, 1967, Cx. 71, Pt. 493, Doc. 7)

Tendo-se debruçado sobre os monumentos de Cabo Verde entre 1962 e 1972, Luís Benavente realizou levantamentos gráficos e descrições, incluindo, ainda, propostas de intervenção e mesmo orçamentos, para a quase totalidade dos monumentos anteriormente referidos. No entanto, fruto evidente das burocracias que dificultavam as idas do arquitecto, permanentemente numa situação incómoda enquanto Director do Serviço de Monumentos Nacionais em comissão eventual no Ministério do Ultramar (Neto, 1995, pp. 426-428), e, naturalmente, da falta de liquidez do Governo Provincial, o Arquitecto Benavente só conseguiu concretizar três verdadeiros restauros, no sentido da intervenção física: no pelourinho da Ribeira Grande, na igreja de Nossa Senhora do Rosário e na Fortaleza Real de S. Filipe. Deste modo, podemos considerar que o programa desenvolvido por Luís Benavente para os monumentos de Cabo Verde resultou, simultaneamente, da abertura do Ministério do Ultramar para a centralização desta questão, proporcionando o envolvimento do arquitecto com aquele universo, isto com maior ou menos influência da ideologia nacionalista, propagandista e imperialista, e, não menos importante, da visão do Governo Provincial daquele arquipélago que, na sequência do apelo de 1960, deu início a um momento incontornável da história da salvaguarda patrimonial em Portugal.

3. O restauro do pelourinho da Ribeira Grande

Na ausência de documentação que date o pelourinho em estudo, podemos, no entanto, sugerir que este tenha sido projectado e construído em 1511 ou 1512, na sequência da carta de confirmação dos privilégios concedidos por D. Afonso V (1431-1481) ao Infante D. Fernando (1433-1470) aos moradores da Ilha de Santiago, pelo rei D. Manuel (1469-1521) a 11 de Julho de 1511. Isto porque, se a 19 de Setembro de 1462, D. Afonso V doou a D. Fernando a ilha descoberta por António de Noli (1415-1497), com:

“todos outros direitos que a nós per qualquer guissa possam pertencer e com toda jur[i]diçom çiuell e crime, reseruado soom~ete alçada pera nós [nos] fectos crimes, nos cassos em que caiba morte ou talham~eto de n~ebro, como dicto hé, e possa poeer quaeesquer foros, direitos e trabutos em as dictas Jllhas” (Brásio, 1963, p. 416).

D. Manuel, numa altura em que já se encontravam em Cabo Verde vereadores, contadores, almoxarifes, corregedores e instituições de justiça, confirma:

“todas as graças, merções, priuegijos, liberdades nella comthiudas, á dita jlha e aos capitães e moradores della” (Brásio, 1963, p. 46).

Efectivamente, o que D. Manuel faz em 1511, é confirmar a continuação do sistema administrativo implantado logo em 1462 – a donataria – com a doação de poderes sobre o território, jurisdição cível e crime, direito a foros e tributos, o que implicava, evidentemente, a criação e coordenação de um corpo burocrático-administrativo (Albuquerque e Santos, 1991, p. 43) reflectido, em termos práticos, na existência de um capitão e uma câmara (*idem, ibidem*, p. 58). A confirmação de D. Manuel revela-se particularmente interessante enquanto tes-

temunho da evolução e convivência destas duas instituições de poder local, determinando que “*em caso de morte mandamos que nam posa jullgar o capitam por sy soo*” (Brásio, 1963, p. 47), tendo que trabalhar conjuntamente com “*os juizes e vereadores de cada villa da dita jlha onde o caso for*” (*idem, ibidem*, p. 47).

Ora, o pelourinho, enquanto símbolo de justiça, reflecte, exactamente, esta atenuação paulatina do poder do capitão e, por outro lado, a conquista do poder pela câmara, enquanto elemento representativo da comunidade local. Esta forma simbólica de marcar e celebrar todas as graças municipais, foi, de resto, recorrente um pouco por todo o Portugal entre 1510 e 1511, sempre na sequência da confirmação dos privilégios às vilas pelo rei D. Manuel, com os ditos forais novos, como são, entre outros, os casos de Idanha-a-Velha, Vila Franca de Xira, Castelo Novo, Guarda ou Ansiães. Neste sentido, e tendo em consideração as características estilísticas do pelourinho da Ribeira Grande, é provável que este tenha sido, efectivamente, criado nos momentos seguintes à carta de confirmação de D. Manuel em 1511.

3.1. Abandono e ruína

Eterno símbolo da descoberta das ilhas de Cabo Verde e do sequente processo de colonização pelos portugueses, o pelourinho da Ribeira Grande, com a evolução dos sistemas administrativos mas, sobretudo, das ideologias, acabou por ser votado ao abandono e, conseqüentemente, à ruína que ditaria, nos anos 60 e 70, o gizar de um plano de recuperação. Na verdade, o abandono do pelourinho e de toda a Ribeira Grande, começou logo nos finais do século XVIII. Neste momento em particular, mas paulatinamente após o final do século XVI, período associado ao florescimento económico, ligado à produção de algodão, ao tráfico de escravos e ao domínio ibérico das rotas comerciais do Atlântico (Albuquerque e Santos, 1991, pp. 258-345), a cidade de Ribeira Grande entrou em declínio. Efectivamente, a importância deste local de Santiago enquanto grande entreposto comercial, associada ao crescente aumento das ambições de outras potências coloniais, como a Inglaterra ou a França, ditou, no século XVIII, a transferência da residência do governador e, naturalmente, da comunidade, para um local mais protegido dos ataques piratas (*idem*, 1995, pp. 125-130): o porto e vila da Praia.

Assim, podemos considerar que o longo e angustiante período de abandono dos monumentos da Ribeira Grande e, particularmente, do seu pelourinho, começou, efectivamente, nos finais do século XVIII. Tendo em consideração os séculos que passaram entre 1511 e 1962, hipotética data de criação do pelourinho e ano do início do programa de restauro do pelourinho, e a suposta inexistência de intervenções durante esse longo período, a sobrevivência deste elemento é, de facto, notável. Esta verdadeira sobrevivência ao tempo, à incúria e à acção humana, torna-se necessariamente mais interessante se tivermos em consideração o facto dos pelourinhos terem sido, ao longo da história, sistemáticos alvos de condenáveis actos destrutivos, fruto da associação popular dos mesmos ao despotismo (Cardoso, 1935, p. 5) ou, no caso do Ultramar, ao escravagismo (Carvalho, 2008, p. 38). Na verdade, a fúria destrutiva para com estes símbolos foi de tal modo grave que, em 1933, a Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, através do Decreto-Lei 23 122 de 11 de Outubro de 1933, ordenou a realização de um inventário como forma de chamar à atenção para o seu abandono, visando, como medida de protecção, a classificação de todos os pelourinhos como imóveis de interesse público.

Relativamente ao pelourinho da Ribeira Grande, os dois primeiros documentos que nos permitem conhecer o seu estado de conservação anterior ao programa que permitiu a sua salvaguarda, datam de 1929 e da década de 30 do século XX. Referimo-nos à fotografia datada de 1929 e publicada por Lourenço Conceição Gomes (Gomes, 2006, p. 176) exibida no ponto 2 e a uma outra divulgada por Luís Chaves em 1937 (Chaves, 1937, p. 55).

A proximidade temporal de ambas dita a semelhança das características do elemento que, naqueles momentos, denuncia a ausência evidente da plataforma ou degraus originais, substituídos por um amontoado de pedras do local, destoando, por isso, do alvo mármore. Da base quadrangular



Fig. 003 - Pelourinho da Ribeira Grande de Santiago c.1937. Fotografia de Alexandre Sarmento.

algo lascada, parte um fuste cilíndrico canelado com arestas torsas, do qual falta um pedaço de um dos blocos de mármore na parte inferior, encontrando-se, por esse motivo, desequilibrado. O capitel de tronco cónico, bem como a sua laçaria decorativa, encontra-se, aparentemente, em considerável bom estado de conservação, observação que pode, igualmente, ser feita relativamente ao remate cónico dinamizado por um estriado torcido. Além das características que podem ser depreendidas através da análise das fotografias, há a considerar, ainda, as descrições do Arquitecto Benavente, segundo o qual o capitel, em 1962, estava parcialmente mutilado (Benavente, 1965: Cx. 152, Pt. 1220, Doc. 1).

De resto, é provável que a pedra dos degraus originais tenha sido levada e utilizada pelos próprios habitantes ao longo dos tempos pois, como deu conta Luís Benavente em 1965 (Benavente, 1965, Cx. 94, Pt.605, Doc. 19), e, antes dele, o Pe. António Brásio, a “caça à cantaria” (Benavente, 1965, Cx. 94, Pt.605, Doc. 19) era prática comum:

“Como sucedeu ao célebre e imponente Coliseu de Roma, os templos da Ribeira Grande transformaram-se em pedreira pública, onde cada qual podia ir, e ia efectiva e impunemente, arrancar as pedras sagradas (...) Essas pedras venerandas por aí andam agora espalhadas e profanadas um pouco por toda a parte” (Brásio, 1960, p. 28).

3.2. O processo de restauro traçado por Luís Benavente

Este é, pois, o estado de conservação do pelourinho com o qual o Arquitecto Luís Benavente se depara na sua missão a Cabo Verde durante o ano de 1962.

Entendendo a cidade de Ribeira Grande como a primeira organizada pelos portugueses no Ultramar, não é de estranhar a inclusão do restauro do pelourinho, enquanto símbolo maior do poder municipal, e da igreja de Nossa Senhora do Rosário, o templo mais antigo do arquipélago e, como tal, testemunho da obra de missão portuguesa, no primeiro ponto do programa de trabalhos a desenvolver por Benavente em Cabo Verde, dois anos após a celebração do V Centenário da Descoberta das ilhas.

De resto, é fundamental recordarmos que em 1962 o Império Português estava seriamente ameaçado, datando de 1961 a perda da Índia Portuguesa para a União Indiana, de 13 de Outubro de 1961 a carta aberta de Amílcar Cabral, líder do PAIGC, ao Governo Português, reclamando uma solução pacífica para os casos da Guiné e Cabo Verde, enquanto nesse mesmo ano ocorria a independência da Argélia, até então território francês e surgia, em Dakar, a Frente Nacional de Libertação da Guiné. Neste momento, como vimos de uma forma genérica, o Governo Português, sem ceder às pressões anticoloniais e independentistas, entendeu o património construído como elemento de memória e legitimação naqueles territórios, vendo, evidentemente, no pelourinho da Ribeira Grande um expressivo símbolo da missão civilizadora portuguesa, pois afinal:

“Pode com esta página e este acto demonstrar-se ao mundo, mais uma vez, que ninguém como nós portugueses levou a organização administrativa legada pelos romanos, tão cedo a tais paragens” (Benavente, 1970: Cx. 152, Pt. 1221, Doc. 6).

Efectivamente, o pelourinho que, em 1962, se encontraria num estado de conservação semelhante ao anteriormente descrito, foi, a par da singela igreja quatrocentista, o primeiro alvo de estudos do arquitecto português, contando, em Setembro daquele ano, já com um levantamento à escala 1/10 e noções claras do modo de intervir (Benavente, 1962, Cx. 71, Pt. 493, Doc. 3).

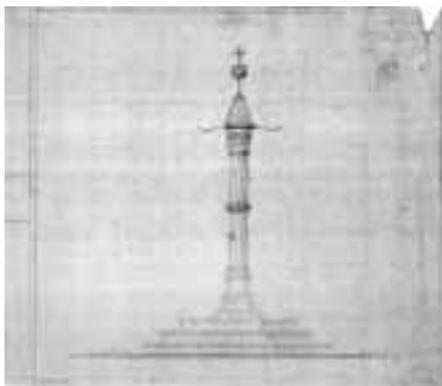


Fig. 004 - Levantamento do pelourinho, à escala 1/10, pelo Arquitecto Luís Benavente no ano de 1962. Documento cedido pelo ANTT, PT-TT-LB-PT 2085-DOC1.

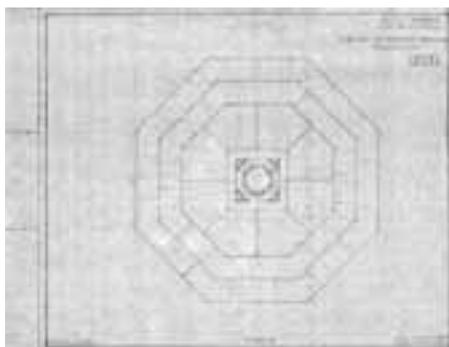


Fig. 005 - Pormenor dos degraus no levantamento do pelourinho, à escala 1/10, pelo Arquitecto Luís Benavente no ano de 1962. Documento cedido pelo ANTT, PT-TT-LB-PT2085-DOC2.

Neste momento, perante o estudo do pelourinho, Benavente abriu um interessante precedente, sublinhando a necessidade de levar este elemento até à Metrópole *“a fim de receber parte desaparecida do seu fuste, torso.”* (Benavente, 1962: Cx. 71, Pt. 493, Doc. 3). A ideia de Benavente prende-se, naturalmente, com questões práticas, uma vez que não era possível encontrar mármore na ilha de Santiago e, não menos importantes, profissionais capazes de realizar as intervenções necessárias.

Contudo, e apesar de em Setembro de 1962, o arquitecto ter, inclusivamente, traçado o projecto para a construção das embalagens necessárias ao acondicionamento e transporte

das peças e ter dado indicações precisas acerca do modo vertical como o mesmo deveria ocorrer (Benavente, 1962: Cx. 71, Pt. 493, Doc.3), a verdade é que este processo acabou por revelar-se extraordinariamente moroso, arrastando-se até 1970.

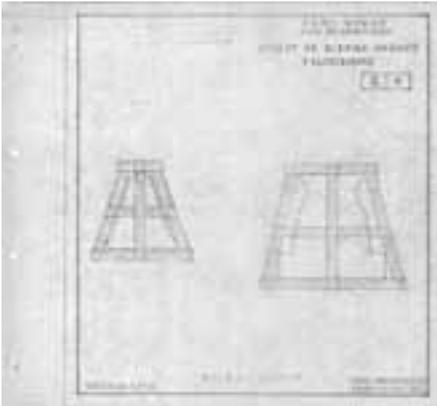


Fig. 006 - Projecto do Arquitecto Luís Benavente para as embalagens necessárias para o acondicionamento e envio do pelourinho para restauro na Metrópole, 1962. Documento cedido pelo ANTT, PT-TT-LB-PT497-DOC1.

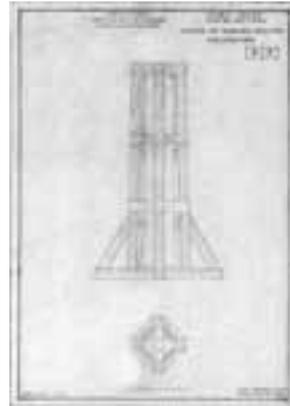


Fig. 007 - Projecto do Arquitecto Luís Benavente para as embalagens necessárias para o acondicionamento e envio do pelourinho para restauro na Metrópole, 1962. Documento cedido pelo ANTT, PT-TT-LB-PT497-DOC2.

Na nossa opinião, a manifesta lentidão do desenrolar do processo deveu-se a duas condicionantes: a imensidão do trabalho que havia por desenvolver no campo da salvaguarda patrimonial em Santiago, sendo de sublinhar que, apesar do estudo e revitalização da Ribeira Grande ter sido “*praticamente ignorada*” (Fernandes, 1997, p. 58), o arquitecto português foi responsável pelos levantamentos da quase totalidade dos monumentos, bem como do desenvolvimento dos respectivos trabalhos de recuperação; por outro, e este será o argumento de maior peso, a falta de receptividade por parte do Ministério do Ultramar quando o Governo Provincial não tinha, naturalmente, capacidades financeiras e técnicas para levar a cabo o plano pormenorizadamente traçado por Benavente. Como corroboração, refira-se que, em 1967, Benavente estimou que a recuperação da totalidade dos monumentos de Santiago, rondaria os 4 430 000\$00 contos (Benavente, 1967: Cx. 71, Pt. 493, Doc. 11), quando, em 1970, o Governo Provincial acedeu disponibilizar uma verba de 1 000\$00 contos (Benavente, 1970: Cx. 93, Pt. 603, Doc. 41), considerando que:

“o volume de verbas, embora necessário, é muito elevado, em especial em face da conjuntura que a Província atravessa, e carece de estudo pela Fazenda Local (o que já foi mandado fazer), Processo de DG Fazenda a despacho ministerial, mesmo na hipótese - muito pouco provável - de se poder dispor em 4 anos de tão elevada importância. Tenho pena que o Trib [sic] de contas levante tantas dificuldades, mas a Província não pode, ao longo prazo, tomar compromissos com despesas de tanto vulto” (Benavente, 1970: Cx. 94, Pt. 605, Doc. 34).

Como forma de criar uma situação financeira mais favorável à concretização do plano de salvaguarda patrimonial traçado pelo arquitecto, este procurou, com o apoio e auxílio do Governador Provincial, o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian que, desde 1958, se mostrou receptiva ao financiamento e disponibilização de apoio técnico para obras de restauro de monumentos portugueses ultramarinos². No entanto, apesar de ter exposto o seu programa à Fundação, através do envio de um relatório em 1965³, não houve qualquer tipo de contribuição (Benavente, 1969: Cx. 94, Pt. 603, Doc. 32).

Deste modo podemos, seguramente, afirmar que a questão financeira, a par da anteriormente referida situação política, se revelou um enorme entrave ao desenvolvimento do programa gizado por Luís Benavente para a recuperação do património histórico-artístico de Cabo Verde.

Simultaneamente, e não menos importante, estando naturalmente relacionado com os problemas financeiros e técnicos, refram-se as dificuldades tidas entre 1962 e a década de 70, no que concerne à contratação de um encarregado de obras que possibilitasse, concomitantemente, o andamento dos trabalhos e a ausência do arquitecto. A saga da contratação de um chefe de trabalhos começou em 1969, momento em que as condições estão, finalmente, reunidas para o início dos trabalhos de restauro, surgindo como principais dificuldades o facto de ninguém se disponibilizar para ir para Cabo Verde ou exigirem vencimentos demasiado altos (Benavente, 1969: Cx. 94, Pt. 603, Doc. 21). Como resposta a este cenário desolador, Luís Benavente, familiarizado com o Ministério das Obras Públicas desde 1934, acaba por sugerir a adopção do método utilizado pela DGEMN: a adjudicação através de um concurso (Benavente, 1969: Cx. 94, Pt. 603, Doc. 30).

No entanto, como referimos anteriormente, o arquitecto defendeu, desde o seu contacto inicial com o pelourinho, o envio deste para a Metrópole de modo o proceder às intervenções necessárias. Vejamos o modo como este processo se desenrolou.

Perante a proposta de Luís Benavente, relativa ao envio do pelourinho para a Metrópole, o Governador de Cabo Verde, Silvano Silvério Marques, aprovou a medida e as peças de cantaria foram cuidadosamente embaladas (Benavente, 1962: Cx. 72, Pt. 497, Doc. 13), como vimos, nos caixotes gizados pelo próprio arquitecto. Os três caixotes com duas partes da coluna e o capitel, num conjunto de treze que constituiu a primeira remessa de obras remetidas de Cabo Verde para a Metrópole a fim de serem recuperadas (Benavente, 1962: Cx. 105, Pt. 675, Doc. 11), foram enviados através no vapor Alfredo Silva, para a Junta de Investigações do Ultramar, a 1 de Novembro de 1962 (Benavente, 1962: Cx. 72, Pt. 497, Doc. 17). Com o levantamento gráfico do pelourinho plenamente realizado e as peças de cantaria já em Lisboa, o trabalho de restauro foi adjudicado aos Irmãos Baptista Lda, empresa de Pero Pinheiro. A escolha destes especialistas para procederem a uma obra de tal relevância, mas sempre segundo “desenhos e condições expostas” (Benavente, 1963: Cx. 105, Pt. 675, Doc. 29) pelo Arquitecto Benavente, parece-nos óbvia, estando relacionada com a sua experiência e, não menos importante, a qualidade do mármore de Pero Pinheiro. No entanto, apesar das propostas dos Irmãos Baptista Lda. datarem de 1963, parece-nos que os trabalhos de restauro só terão começado, realmente, no ano de 1965, isto porque num relatório de 24 de Junho

2 A Fundação Calouste Gulbenkian começou a prestar apoio financeiro e técnico para os monumentos portugueses ultramarinos a partir do ano de 1958. A primeira demonstração de interesse ocorreu nesse mesmo ano com a beneficiação do Forte de Jesus, em Mombaça. Nesta ocasião foram enviados para estudar o monumento Charles Boxer (1904-2000) e Carlos de Azevedo (1918-).

3 O relatório foi recebido pela Fundação Calouste, encontrando-se actualmente arquivado com a referência 56/68; Coop. 4502.

de 1965, Benavente apresenta uma estimativa dos custos envolvidos – 4.500\$00 (Benavente, 1965: Cx. 152, Pt. 1220, Doc. 1) – e alude, ainda, ao estado de mutilação do pelourinho:

“A ‘caixa’ encontra-se em mau estado, porém utilizável, estando a parte superior e o capitel parcialmente mutilados, possivelmente devido a queda. À coluna falta-lhe uma parcela da sua metade inferior que terá de ser reconstituída, apenas e onde unicamente necessário.” (Benavente, 1965: Cx. 152, Pt. 1220, Doc. 1)

Todavia, a 4 de Outubro de 1965, o arquitecto responsável pela orientação dos trabalhos, refere, em carta ao Governador de Cabo Verde que: *“Vão adiantados os trabalhos de recuperação especialmente do pelourinho que já visitei duas vezes e está praticamente pronto”* (Benavente, 1965: Cx. 94, Pt. 605, Doc. 19).

Tendo em consideração as questões financeiras anteriormente referidas, parece-nos que, também neste caso, estas influenciaram, a par da burocracia e da situação política, o andamento dos trabalhos, até porque apesar de Benavente ser o responsável pelo projecto de restauro do pelourinho, o Governo de Cabo Verde, financiador, exigira que nenhum compromisso “com quaisquer despesas” (Benavente, 1962: Cx. 72, Pt. 497, Doc. 17) fosse assumido sem consulta prévia. Igualmente moroso e, mesmo, polémico, foi o regresso do pelourinho e das restantes imagens enviadas para restauro na Metrópole, à Ribeira Grande. Efectivamente, passaram-se oito anos entre o envio e regresso do pelourinho, cujo restauro estava concluído em Abril de 1969 (Benavente, 1969: Cx. 94, Pt. 603, Doc. 14). Conforme informou o próprio Arquitecto Luís Benavente, em resposta a um pedido do Ministro do Ultramar, a morosidade de todo este processo prendeu-se, também, com o desejo, manifestado desde 1963 (Benavente, 1963: Cx. 105, Pt. 675, Doc. 24), de ser organizada uma exposição. Ora esta exposição, na habitual linha nacionalista e propagandista do regime, teria como objectivo, naturalmente, divulgar a obra de salvaguarda patrimonial que se estava a levar em Cabo Verde, pois afinal:

“politicamente só existe o que o público sabe que existe: a ignorância das realidades, dos serviços, dos melhoramentos existentes é causa de descontentamento, de frieza nas almas, de falta de orgulho patriótico, de não haver confiança, alegria de viver” (Salazar, 1933, p. 259).

A concretização desta demonstração de valorização do património português de Cabo Verde em Lisboa, capital do contestado Império Ultramarino, revestir-se-ia, sem dúvida, de uma enorme importância, testemunhando, simultaneamente, a secularidade da presença lusitana naquelas ilhas e a continuação da sua missão de civilização. Contudo, esta exposição teria, ainda, maior expressividade se o convite dirigido por Bento Levy (1911-) a Oliveira Salazar (1889-1970) (Benavente, 1970: Cx. 152, Pt. 1221, Doc. 6), tivesse sido recebido positivamente. Efectivamente, tomando conhecimento do convite dirigido pelo deputado ao Presidente do Conselho, o Arquitecto Benavente, imbuído de um notório espírito nacionalista, traçou imediatamente um plano que incluía a realização de uma exposição em Cabo Verde, a inauguração do pelourinho restaurado, a emissão de selos comemorativos, a realização de conferências diversas e, ainda, a curiosa criação, numa escala reduzida, de reproduções do pelourinho “para ser editada como lembrança ou recordação” (Benavente, 1970: Cx. 152, Pt. 1221, Doc. 6). No entanto, a exposição dos bens restaurados acabou por não ser concretizada, na Metrópole nem na Província, devido à compreensível insistência de Cabo Verde em reaver o pelourinho, deslocado desde 1962, e, claro, à não concretização da viagem de Oliveira Salazar ao arquipélago. A 5 de Agosto de 1970, os vinte e dois volumes (Benavente, 1970: Cx. 152, Pt. 1221, Doc. 15)

contendo o pelourinho restaurado pelos Irmãos Baptista Lda., segundo projecto do Architecto Benavente e por um valor total de 21.370\$00 acrescido de despesas de deslocação e encaixotamento (Benavente, 1970: Cx. 152, Pt. 1221, Doc. 24), foi, finalmente, entregue ao despachante Domingos Garcia (?-?), da Junta das Investigações do Ultramar, entidade responsável pelos pagamentos e transferências. Condicionado pelas possibilidades das carreiras marítimas, o pelourinho partiu, no vapor Braga, para a ilha de Santiago apenas a 1 de Novembro de 1970 (Benavente, 1965: Cx. 94, Pt. 605, Doc. 19).

Seguindo as indicações do architecto Benavente, houve ainda necessidade de preparar o local de colocação do pelourinho, fortalecendo as fundações, e procedendo ao posterior empedramento do local. Já para erguer o fuste de mármore com cerca de quatro metros de altura e uma tonelada de peso, e proceder ao seu coroamento com o capitel, foi necessário:

“deitar mão de uma trempe de elevar os transformadores da electricidade a qual devido à sua falta de altura para o presente caso, foi necessário calçar posteriormente para o desempenho da sua missão.” (Benavente, 1969: Cx. 105, Pt. 674, Doc. 76).



Fig. 008 - Montagem do pelourinho na Ribeira Grande após o restauro na Metrópole, 1970. Documento cedido pelo ANTT, PT-ANTT-LB-CX98-PT-639-DOC90.

nova parcela, abaixo do anel lavrado, que veio substituir o pedaço quebrado que desequilibrava toda a peça. A pinha superior, cónica e também ela com caneluras torsas, que se encontrava mutilada, foi igualmente intervencionada, recebendo, ainda, dois ferros cruzados e, no topo, uma grimpá com esfera armilar encimada por uma cruz de Cristo, símbolos maiores do Império Português e da sua missão de civilização. Além destes trabalhos em ferro, foi, ainda, reproduzida a característica argola, colocada ligeiramente abaixo do anel que cinta o fuste. Com a inclusão destes elementos em ferro, realizados pela Empresa Metalúrgica Lisbonense (Benavente, 1965: Cx. 105, Pt. 670, Doc. 3), o architecto devolveu ao pelourinho, de forma integral, as suas características estéticas e práticas que permitiam, no cumprimento da justiça por parte do município, o castigo dos criminosos amarrados e açoitados (Chaves, 1948, p. 5).

Perante as propostas e orçamentos dos Irmãos Baptista Lda., dos levantamentos de Luís Benavente e das fotografias da época, constatamos que os três degraus octogonais do pelourinho, foram totalmente criados de raiz, substituindo outros, quadrangulares, que, em determinado momento do século XX, terão sido colocados. Sobre estes elegantes degraus surge a base, totalmente nova, que substitui a caixa anteriormente lascada. Daqui parte o fuste cilíndrico com caneluras torsas, no qual é evidente uma



Fig. 009 - O pelourinho da Ribeira Grande após o restauro na Metrópole, 1970. Documento cedido pelo ANTT, PT-ANTT-LB-CX98-PT-639-DOC87.

Para terminar esta análise do processo de restauro desenvolvido, por Luís Benavente, entre 1962 e 1970, refira-se que o arquitecto não só demonstrou (Benavente, 1965: Cx. 152, Pt. 1220, Doc. 1), ao longo de todo o percurso, o desejo de seguir os princípios orientadores da Carta de Veneza para a conservação e restauro de monumentos e sítios, como efectivamente os seguiu. A obediência aos princípios orientadores mais relevantes daquele documento de 1964, em cuja redacção Luís Benavente participou, reflecte-se, imediatamente, com o entendimento do pelourinho como monumento, obra modesta de grande significado cultural (Fernandes, 1997, pp. 69-71), e como parte de um sítio meritório de classificação (*idem, ibidem*, pp. 69-71), mas, também, na preocupação com a realização de estudos históricos e escavações prévias (*idem, ibidem*, pp. 69-71), com a necessidade de devolvê-lo ao seu local, ao invés de deixá-lo na Metrópole (*idem, ibidem*, pp. 69-71), e com a documentação, através de desenhos, relatórios e fotografias, de todas as fases do processo de restauro (*idem, ibidem*, pp. 69-71)

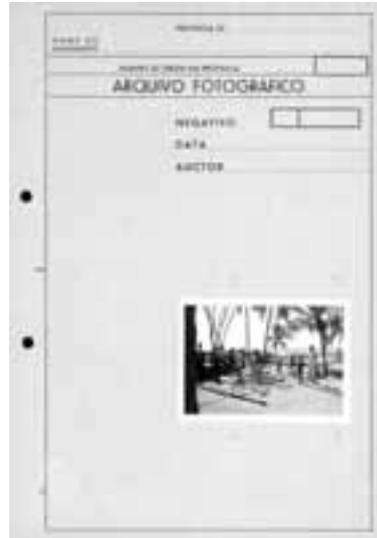


Fig. 010 - Registo fotográfico da montagem do pelourinho na ficha de inventário criada por Luís Benavente. Documento cedido pelo ANTT, PT-ANTT-LB-CX117-PT797-DOC1.

3.3. Os reflexos do restauro do pelourinho

Se, por um lado, o regime salazarista imbuído da sua ideologia nacionalista e colonial procurou, em períodos de contestação, sublinhar a legitimidade da presença portuguesa nos territórios ultramarinos através da recuperação e valorização do património histórico-artístico, eloquentes testemunhos memoriais de uma história secular, situação semelhante teve lugar após a independência daqueles locais.

Na verdade, assumindo o significado dos monumentos portugueses como algo mais do que construções mais, ou menos, modestas em pedra, os movimentos independentistas procuraram, também eles, justificar as suas pretensões através de acções que envolveram, de forma evidente, o património material. Assim se explica, por exemplo, a destruição ou desaparecimento, em 1975, do monumento ao Infante D. Henrique de Maputo, a deslocação da estátua de Sá da Bandeira da Praça Nova do Mindelo, a remoção das estátuas de Diogo Gomes, Nuno Tristão e Honório Barreto de Bissau, o desaparecimento da estátua de Luís de Camões no Lobito, a deslocação da estátua de Vasco de Gama na Ilha de Moçambique, o apeamento do monumento a António Ennes em Maputo, entre outros casos (Loureiro, 2006).

Curiosamente, durante as lutas pela independência lideradas pelo PAIGC e, mesmo, após o final de submissão a Portugal a 5 de Julho de 1975, o pelourinho não foi manifestamente afectado. Na verdade, como se pode depreender pela documentação fotográfica, o único elemento visado durante este processo foi aquele que, de forma mais evidente, recordava o imperialismo português ultramarino: a esfera armilar encimada pela cruz de Cristo. Ainda assim, o elemento em ferro forjado projectado por Luís Benavente nos anos 60 do século XX, não se perdeu, tendo sido conservado nos armazéns do Instituto da Investigação e do

Património Culturais (IIPC) de Cabo Verde (Brito, 2009, p. 15). Deste modo, tal como se pode observar actualmente, foi possível dotar o pelourinho, novamente, com a sua esfera armilar coroada pela Cruz de Cristo, contando, também, com um conjunto de correntes suspensas por ferros, uma forma de assegurar a conservação permanente deste monumento integrado no conjunto da “Cidade Velha” de Santiago.



Fig. 011 - Pormenor da esfera armilar coroada pela Cruz de Cristo, projecto de Luís Benavente, c.1962. Documento cedido pelo ANTT, PT-TT-LB-PT2085-DOC3.

Fig. 012 - Esfera armilar nos armazéns do IIPC para o processo de recuperação e recolocação. Fotografia de Martinho Robalo.

Fig. 013 - Vista da antiga cidade da Ribeira Grande a partir da Fortaleza Real de S. Filipe. Fotografia da autora.

Fig. 014 - O pelourinho como local de encontro da população local. Fotografia da autora.

Resta, ainda, referir que após o processo de restauro desenvolvido entre 1962 e 1970, o pelourinho voltou a ser intervencionado, desta feita em 2005. Esta intervenção, cuja concretização passou pela limpeza geral com jacto de areia (Brito, 2009, 15), método demasiadamente agressivo tendo em consideração a natureza do lioz, foi concretizada no âmbito das quatro fases de restauro desenvolvidas no momento da cooperação entre o Gabinete da Salvaguarda do Património e Espanha.

Esta intervenção e outras nos restantes monumentos da Ribeira Grande da Ilha de Santiago, todas elas realizadas, entre 1999 e 2004, com a cooperação de Portugal ou de Espanha, visaram e culminaram num momento fundamental para a história do local e, conseqüentemente, do elemento em estudo: a proposta e classificação da Cidade Velha como Património Mundial. O pelourinho faz parte, evidentemente, da proposta submetida à UNESCO em Janeiro de 2008, sendo descrito como:

“le plus petit des monuments de Cidade Velha est également l'un des plus significatifs, car il rappelle l'époque où les esclaves récalcitrants étaient publiquement châtiés. Construit en pierre au début du XVI siècle (1512 ou 1520), ce pilori en marbre blanc était le symbole du pouvoir municipal et de la sévérité de l'ordre esclavagiste. De style manuelin, il trône au centre de la place centrale. Ce témoignage a survécu au temps et fut l'un des premiers à bénéficier d'une restauration, vers la fin des années 1960” (Carvalho, 2008, p. 38).

Mais adiante, no capítulo relativo aos critérios segundo os quais a proposta é inscrita, refere-se, no âmbito do critério VI, relativo à associação dos bens com tradições vivas, ideias ou crenças, ou a obras artísticas e literárias de qualidade excepcional, que:

“le Piloni, monument apparu en Europe Méditerranéenne au Moyen-âge pour réprimer de forme exemplaire et spectaculaire les membres du Tiers-état cherchant à défier le pouvoir ecclésiastique et monarchique, arrive pour la première fois au sud du Sahara à Cidade Velha pour cette fois-ci réprimer les esclaves les plus récalcitrants. De là, l'exemple sera transféré au Brésil et plus tard vers les Caraïbes” (idem, ibidem, p. 57).

Ora, na nossa opinião, parece-nos que, nesta proposta, foi por demais valorizada a questão da associação do pelourinho ao escravagismo, realidade inegável na História de Cabo Verde (Albuquerque e Santos, 1995, pp. 17-76), em detrimento do seu primeiro significado enquanto símbolo da administração municipal e jurídica. Esta seria, a nosso ver, uma questão que merecia ser frisado de modo distinto, sublinhando-se, nesta ocasião, a ancestralidade da Cidade Velha enquanto primeira cidade criada pelos portugueses além-mar, dotada, como dá conta o pelourinho, de autonomia municipal.

Ainda assim, a Cidade Velha foi, com mérito, classificada Património Mundial, sublinhando-se, na avaliação da proposta submetida por Cabo Verde a indubitabilidade da sua autenticidade, para a qual terá contribuído o restauro do pelourinho, coordenado por Luís Benavente, *“carried out with a degree of respect for authenticity wich has been judged to be mediocre”* (UNESCO, 2009, p. 32). Esta classificação realizada pelo ICOMOS em 1992, segundo nos parece, tendo em consideração as parcas informações conhecidas à época (e mais recentemente) do processo de restauro em causa, parece-nos excessivamente negativa, como demonstrámos ao longo deste estudo. A propósito desta questão, a própria UNESCO defende que *“it must be admitted that this save the monuments from definitive ruin.”* (idem, ibidem, p. 32)

Para terminar, parece-nos fundamental sublinhar o facto do restauro levado a cabo pelo Arquitecto Luís Benavente, entre 1962 e 1970, segundo não apenas os preceitos da época mas, também, preconizando os princípios orientadores da Carta de Veneza, ter contribuído, inegavelmente, para a valorização do património histórico-artístico de Cabo Verde.

A importância deste programa traçado, obviamente, dentro da linha de acção de um regime nacionalista e imperialista, sai, manifestamente, valorizada se tivermos em consideração o seu enquadramento. Na verdade, o restauro do pelourinho da Ribeira Grande foi o primeiro e único que o arquitecto, fruto de problemas financeiros, burocráticos e políticos, conseguiu concretizar na totalidade nas ilhas de Cabo Verde, perfilando-se hoje como testemunho de um programa internacionalmente inovador que pretendia valorizar os monumentos portugueses ultramarinos.

A consagração da Cidade Velha como Património Mundial é, sem dúvida, a derradeira demonstração da importância do projecto traçado por Luís Benavente que foi, de resto, o primeiro a propor a classificação do todo como monumento nacional (Benavente, 1971: Cx. 116, Pt. 777, Doc. 13).

Conclusão

O estudo do processo de restauro do pelourinho da cidade da Ribeira Grande na ilha de Santiago, em Cabo Verde, reveste-se de uma importância incontornável para o conhecimento e compreensão do programa desenvolvido, entre 1958 e 1974, para a reabilitação e valorização do património português ultramarino. A incontornabilidade deste caso de estudo prende-se, como procurámos demonstrar, com as questões por ele levantadas ao longo da

sua concretização, ao nível de metodologia a seguir e, não menos importante, enquanto reflexo de um contexto político, económico e cultural muito concreto.

Apesar da abrangência e dinamismo da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais na Metrópole e da actividade desenvolvida, desde cedo, ao nível da arquitectura e urbanismo nos territórios portugueses ultramarinos pela Direcção Geral de Obras Públicas e Comunicações do Ministério do Ultramar, a verdade é que, até perto dos anos 60 do século XX, havia uma quase total ausência de capacidade centralizadora ao nível do restauro dos monumentos do além-mar.

Neste sentido, como vimos, uma série de factores contribuíram para o desenvolvimento de uma área cujo florescimento, dado o estado de conservação daquele património secular, urgia. Em primeiro lugar, a ideologia nacionalista do Estado Novo implicava, consequentemente, a necessidade de valorização da História de Portugal, cujos testemunhos mais eloquentes e grandiosos eram, sem dúvida, os monumentos. Seguidamente, a ideia de império era, indubitavelmente, uma das questões chaves da ideologia do regime, entendendo-se a autoridade portuguesa sobre os territórios ultramarinos descobertos e colonizados a partir do século XV, como algo de incontestável. Finalmente, a partir do final da Segunda Guerra Mundial e da criação da Organização das Nações Unidas, assistiu-se, de forma paulatinamente mais aguerrida, à contestação internacional do colonialismo e, no caso de Cabo Verde, ao surgimento da luta pacífica e, depois, armada, liderada pelo Partido para a Independência da Guiné e Cabo Verde, criado em 1958.

Se por um lado considerámos estes três factores como aqueles que mais contribuíram para o arranque do programa conducente ao restauro do pelourinho da Ribeira Grande, não podemos deixar de notar a existência de barreiras justificadoras do atraso daquele. Tendo em consideração a existência desde 1895, 1922 e 1943, de comissões provinciais de monumentos na Índia Portuguesa, Angola e Moçambique, respectivamente, parece-nos que o grande factor determinante deste atraso deveu-se, sobretudo, às dificuldades impostas a um movimento de centralização, nomeadamente por questões financeiras e administrativas que se prenderam, sobretudo, com a extraordinária extensão e variedade dos territórios em causa. Ora, é exactamente neste contexto político e cultural que vemos surgir, no ano de 1958, o Decreto n.º 41: 787, através do qual o Governo veio, finalmente, incumbir a Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações do Ultramar, do inventário, classificação, conservação e restauro dos monumentos ultramarinos. A criação deste decreto reveste-se, na nossa opinião, de uma importância incontestável, uma vez que este permitiu, apenas um mês depois, o arranque do programa de salvaguarda do património arquitectónico português ultramarino, cujo início dar-se-ia com a ida do Arquitecto Benavente para S. Tomé e Príncipe.

Este primeiro contacto do Director do Serviço de Monumentos Nacionais em comissão eventual no Ministério do Ultramar, revelar-se-ia de uma importância extraordinária, sobretudo porque o contacto com os monumentos daquelas ilhas permitiu ao arquitecto traçar um programa que acabaria por se prolongar até à queda do regime. Efectivamente, foi esta primeira experiência e, naturalmente, a abertura do Ministério do Ultramar, que levou Luís Benavente a apresentar, logo em 1960, uma proposta de inventário, classificação, recuperação e valorização dos monumentos portugueses de além-mar. Entendendo, correctamente, que o inventário seria obrigatoriamente o primeiro passo, uma vez que não é possível proteger o desconhecido, o arquitecto dirigiu às províncias ultramarinas um questionário com aquele fim.

No entanto, aparentemente pelo facto do desconhecimento ser, inclusivamente local, ou devido à prévia existência de comissões de monumentos desinteressadas de uma actividade centralizadora, Cabo Verde foi, na realidade, a única província a responder ao repto.

Deste modo podemos, desde já, reconhecer a Luís Benavente um papel de grande importância no âmbito da promoção, agitação e intensificação de uma consciência patriomonal naquele arquipélago do Oceano Atlântico, ao qual o arquitecto chegou em 1962. Perante uma variedade notável de monumentos na ilha da Santiago, entre os quais se encontravam, sobretudo, igrejas e fortes, testemunhos da missão civilizadora defendida no passado e no presente, o pelourinho da Ribeira Grande, provavelmente devido ao seu estado de ruína e menor complexidade de acção, foi o primeiro monumento a ser intervencionado. Símbolo de justiça e da organização municipal, o pelourinho fustigado pelo tempo, incúria e acção humana, foi levantado e restaurado graficamente, logo em 1962, para, um ano depois, ser transportado para a Metrópole, local do qual viera fisicamente e simbolicamente no século XVI.

A intervenção gizada pelo Arquitecto Luís Benavente e executada pelos Irmãos Baptista Ld^a de Pero Pinheiro revelar-se-ia, como vimos, extraordinariamente morosa. Tendo em consideração o contexto político e económico, bem como os testemunhos de Luís Benavente e dos Governadores de Cabo Verde, somos da opinião que esta demora se deveu, sobretudo, à falta de liquidez da província, detentora do monumento. Esta falta de liquidez financeira, a par das constantes barreiras burocráticas que dificultavam as viagens do arquitecto a Cabo Verde, acabaria por reflectir-se, de forma evidente, na relação entre programa traçado e efectivamente concretizado, com restauros a decorrerem, num espaço de dez anos, apenas no pelourinho, igreja de Nossa Senhora do Rosário, fortaleza Real de S. Filipe e em algum património móvel.

Quanto à metodologia utilizada ao longo de todo o percurso, após a análise da documentação e do próprio monumento, podemos considerar que esta decorreu segundo as orientações da Carta de Atenas, documento no qual Luís Benavente participou enquanto redactor no ano de 1964. A título de exemplo, veja-se o modo como todo o processo foi documentado, por textos, projectos e fotografias, o próprio entendimento do pelourinho, obra artisticamente modesta, como monumento e, acrescido, do facto de ser entendido como parte de um sítio, a Ribeira Grande, que deveria também ele ser classificado.

De resto, não podemos deixar de sublinhar o facto deste monumento, intervencionado por um técnico ao serviço do regime, em monumento de plena actividade do Partido para a Independência da Guiné e Cabo Verde, ter resistido ao período de transição da administração portuguesa para a independência do arquipélago. Na verdade, como vimos, não houve qualquer tipo de delapidação posterior a este processo, como aconteceu com outros monumentos em diversas ex-colónias, assistindo-se apenas, por momentos, ao apeamento da esfera armilar e cruz de Cristo que coroavam a obra, símbolo mais óbvio do imperialismo português.

Para concluir, não podemos deixar de sublinhar a inegável importância deste programa de restauro que, independentemente das motivações políticas e ideológicas, evitou aquela que seria uma lamentável perda deste pelourinho. Mais do que evitar o desaparecimento, a intervenção levada a cabo entre 1962 e 1970, contribuiu, de forma incontestável, para o reconhecimento da Cidade Velha como Património Mundial, no ano de 2009.

Fontes e Referências bibliográficas

A) Fontes

1. Fontes Escritas

Arquivo Nacional Torre do Tombo.

Arquivos de Pessoas Singulares, Fundo Luís Benavente.

2. Fontes Imprensas/Artigos em Periódicos

BOLETIM OFICIAL DE ANGOLA, (24 de Maio de 1922), Série 1.

BOLETIM OFICIAL DE MOÇAMBIQUE, (20 de Fevereiro de 1943), Série 1.

Brásio, Monumentos Sacros de Santiago, (1960), Cabo Verde, Praia, n.º 130, pp. 28 a 31

Chaves, Luís, Os Pelourinhos de Portugal nos domínios do seu Império de Além-Mar, (1938), O Mundo Português – Revista de Cultura e Propaganda, Arte e Literaturas Coloniais, n.º 51, pp. 129 a 136, il. Por Além-Mar – Pelourinhos de África, Feira da Ladra, (1937), vol.III, pp. 53 a 56., il.

Gomes, Lourenço Conceição, O símbolo da autoridade na obra de arte colonial: o caso do Pelourinho da Cidade Velha – Santiago de Cabo Verde, (2006), Ciências Humanas em Revista, v.4, n.º 2, pp. 169 a 183, il.

Milheiro, Ana Vaz & Dias, Eduardo Costa, Arquitectura em Bissau e os Gabinetes de Urbanização Colonial (1944-1974), (2009) Arq.urb, n.º 2/segundo semestre, pp. 80 a 114, il.

Neto, Maria João Baptista, Monumentos Nacionais – Memória, Propaganda e Poder (1929-1960), (2001), Propaganda e Poder – Congresso Peninsular de História da Arte, pp. 429 a 450, il.

Rodrigues, Adriano Vasco, Pelourinho da Cidade Velha, (2001), Revista Africana, n.º 6 – especial, pp. 155 a 157, il.

Salazar, António de Oliveira, Propaganda Nacional, (1933), Discursos, vol.I (1928-1934), Coimbra: Coimbra Editora, p. 259.

Salema, Vasco da Costa, Pelourinhos e Aquarelas, (1997), Estudos de Castelo Branco, p. 15.

B) Referências bibliográficas

Albuquerque, Luís & Santos, Maria Emília Madeira, coord., *História Geral de Cabo Verde*, (1991 e 1995) Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical, Praia, Direcção Geral do Património Cultural de Cabo Verde, 2 vols.

Brásio, António, *Monumenta Missionária Africana*, (1963-2004), Lisboa: Agência Geral do Ultramar/Academia Portuguesa de História, II Série, 6 vols.

Cardoso, Nuno Catharino, Pelourinhos demolidos, (1935), Lisboa: Edição do Autor, p. 16, il

Chaves, Luís, Pelourinhos do Ultramar Português, (1948), Lisboa, Agência Geral das Colónias, p. 139, il.

- Fernandes, José Manuel, coord., Luís Benavente – arquitecto, (1997), Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, p. 158, il.
- Ferro, António, *Entrevistas a Salazar*, (2007), Lisboa: Parceria A.M. Pereira, p. 261, il.
- Mattoso, José, dir., *Património de origem portuguesa no mundo: arquitectura e urbanismo – África, Mar Vermelho, Golfo Pérsico*, (2010), Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, p. 655, il.
- Medina, João, *Portuguesismo(s) (Acerca da Identidade Nacional)*, (2006), Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, p. 543, il.
- Neto, Maria João Baptista, *A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a intervenção no património arquitectónico em Portugal (1929-1960)*, (1995), tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, vol.1, p. 688.

C) Web

- Brito, Martinho Robalo, “A Interpretação do Património Cultural – Pelourinho ou Picota da “Cidade Velha” Património da Humanidade”, 2009, site do Instituto da Investigação e do Património Culturais: http://www.iipc.cv/ficheiros/2_artigo_Martinho.pdf, consultado a 8 de Dezembro de 2011.
- Carvalho, Carlos, coord., *Cidade Velha: Centre historique de Ribeira Grande, Cap Vert – Proposition d’inscription sur la Liste du patrimoine mondial*, 2008, Ministério da Cultura de Cabo Verde, Praia, site da UNESCO: <http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdf>, consultado a 14 de Dezembro de 2011.
- DIÁRIO DO GOVERNO, 7 de Agosto de 1958, I Série, site Diário da República Online: <http://dre.pt/pdfsdisip/1958/08/17200/07560761.pdf>, consultado a 13 de Dezembro de 2011.
- DIÁRIO DO GOVERNO, 29 de Junho de 1957, I Série, site do Diário da República Online: <http://dre.pt/pdfsdisip/1957/06/14801/06710686.pdf>, consultado a 14 de Dezembro de 2011.
- DIÁRIO DO GOVERNO, 7 de Janeiro de 1936, I Série, site Diário da República Online: <http://dre.pt/pdfsdisip/1936/01/00500/00090036.pdf>, consultado a 14 de Dezembro de 2011.
- Loureiro, João, “Património e Memória – Facetas relevantes de Portugal no Mundo”, 2006, Alameda Digital: http://www.alamedadigital.com.pt/n1/patrimonio_e_memoria.php, consultado a 11 de Dezembro de 2011.
- UNESCO, Advisory Body Evaluation – Cidade Velha, UNESCO World Heritage Centre, 2009, site da UNESCO: http://whc.unesco.org/archive/advisory_body_evaluation/1310.pdf, consultado a 14 de Dezembro de 2011.